perspetivas



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA E DO PROGRAMA DO PAÍS

Agências baseadas em Roma colaboram para melhorar a nutrição em Moçambique

Há muitos anos a desnutrição crônica regista um alto nível em Moçambique. O Programa do Governo para 2015-2019 estabeleceu o objetivo de reduzir a desnutrição de crianças menores de cinco anos da taxa de 43% em 2013 para 35%. O Governo também lançou o Plano de Ação Multissetorial para Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011-2020.

O Programa de Apoio para Acelerar o Progresso na Consecução do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 1C em Moçambique, financiado pela União Europeia, foi aprovado em 2012, para ser implementado pelas três agências da ONU baseadas em Roma (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO], Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola [FIDA] e o Programa Alimentar Mundial [PAM]) no total de 67 milhões de euros, mais 10 milhões de euros do Governo de Moçambique. O Programa tem três objetivos principais: (i) melhorar a produção da agricultura e pesca; (ii) melhorar o acesso a alimentos adequados e apropriados; (iii) melhorar a situação nutricional de grupos vulneráveis, em particular mulheres e crianças.

O Subprograma do FIDA (ODM1C) entrou em vigor em junho de 2013, com conclusão programada para junho de 2017. Inicialmente incluía 25,9 milhões de euros da União Europeia e 4,4 milhões de euros do Governo

de Moçambique. Seu principal objetivo era expandir o trabalho de três projetos do FIDA que apoiam, respectivamente, o Sistema Nacional de Extensão Agrária, o setor de pesca artesanal e o desenvolvimento de cadeias de valor para pequenos produtores no Norte. Também foram alocados fundos para um projeto de aquicultura em pequena escala. Além disso, um componente de nutrição foi integrado em dois projetos para "facilitar a redução sustentável da desnutrição entre as famílias que participam de projetos apoiados pelo FIDA". As atividades no componente de nutrição incluem hortas e cozinhas de demonstração, grupos de mulheres, mensagens comunitárias de rádio e aulas de nutrição em escolas primárias.

Do mesmo modo, a FAO e o PAM usaram fundos da União Europeia para fortalecer suas iniciativas no país. A FAO articulou seus fundos em seis subcomponentes: a) apoio à produção de sementes; b) aumento do acesso a insumos mediante um esquema de cupons electrónicos; c) apoio a extensão mediante consolidação e expansão de escolas agrícolas; d) manuseio e infraestrutura pós-colheita no nível domiciliar; e) melhoria do serviço de vacinação de aves contra a doença de Newcastle; f) hortas domésticas e educação sobre nutrição. O PAM optou por fornecer apoio adicional para actividades de nutrição e fortalecimento do acesso a mercados, bem como incorporação do piloto *Purchase for Progress*, destinado a fortalecer a capacidade de pequenos agricultores para ajudá-los a se tornar competitivos em mercados agrários, com enfoque nas mulheres.

Implementação do programa financiado pela União Europeia

Entre 2008 e 2011, a FAO, o FIDA e o PAM implementaram o programa "Construção de cadeias de valor de produtos primários e conexões de mercado para associações de agricultores", financiado pelo Fundo Espanhol para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O programa promoveu a produção de alimentos por pequenos agricultores de Moçambique para abastecer as operações do PAM no país e obteve um prêmio do FIDA pelo trabalho conjunto entre as três agências, com base em suas respectivas vantagens comparativas.

Essa experiência bem-sucedida foi um bom ponto de partida para as três agências prepararem uma proposta de projeto consolidado, mas não conjunto, em 2011 para atender a um pedido da União Europeia. Nesse momento, o trabalho das três agências se sobrepunha somente no distrito de Sussundenga, enquanto duas delas estavam presentes em seis distritos, dos 68 visados pelo Programa.

Em setembro de 2016, registou-se progresso em termos de colaboração no local. Na província de Zambézia, o FIDA trabalhou em cadeias de valor e produção com agricultores apoiados pela FAO, que estava promovendo cupons electrónicos para compra de insumos. Em Sussundenga, as três agências estavam coordenando seu trabalho nas comunidades apoiando hortas mediante escolas agrícolas, comitês de nutrição e saúde mediante grupos de mães e comitês de saúde e desenvolvimento da aquicultura.

Além disso, o programa ODM1c está contribuindo para o desenvolvimento de ferramentas, como manuais, e boas práticas de combate à desnutrição que reúnem a experiência das três agências, que o Governo poderá ampliar através de seus ministérios.

O programa ODM1c ofereceu uma plataforma para as agências baseadas em Roma desenvolverem o hábito de trabalhar juntas no país, em níveis diferentes. Além das frequentes interações entre coordenadores do ODM1c em cada agência, os três chefes de escritório em Maputo realizaram uma série de visitas bem-sucedidas a províncias e distritos onde estavam operando os projetos apoiados por fundos do ODM1c.

Desafios e lições aprendidas

Um grande desafio que o programa enfrentou foi decorrente das diferentes abordagens à melhoria da nutrição e educação que as agências adotavam como parte de suas estratégias institucionais, que variavam desde o forte enfoque da FAO e do FIDA em intervenções agrárias e baseadas em alimentos para melhorar a nutrição até a abordagem do Fundo das Nações Unidas para a Infância baseada principalmente em suplementos alimentares.

Uma revisão intermediária da União Europeia em 2015 reconheceu a relevância do programa, mas indicou a falta de coordenação entre as três agências, que teve origem na concepção inicial da doação como fluxos separados de recursos de cada parceiro. Também enfatizou que não se havia materializado a possível complementaridade de intervenções entre agências, devido a diferentes abordagens e à diversidade de padrões de financiamento para cada agência, e a falta de coerência na educação sobre nutrição. A principal lição foi que, a não ser que o programa seja formulado em conjunto, há limites à colaboração que pode ser obtida durante a implementação.

Ao mesmo tempo, os esforços de coordenação prática geraram um precioso "capital social" que merece atenção em termos de dois fatores críticos para o êxito: ampliação e fortalecimento no nível do país, e diálogo sobre políticas com os ministérios responsáveis, fornecendo um produto de gestão do conhecimento para uso mais amplo além de Moçambique.